

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO N° DE 2007
(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Requer a realização de audiência pública para se efetuar um balanço geral decorrente da aplicação da Lei Complementar nº 110, de 2001, que determinou o pagamento dos expurgos inflacionários referentes aos planos econômicos Verão e Collor I para milhões de trabalhadores.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para se efetuar um balanço geral envolvendo os pagamentos aos trabalhadores, as receitas provenientes, despesas com os pagamentos e administrativas, além de eventual saldo financeiro decorrente da aplicação da Lei Complementar nº 110, de 2001, que determinou o pagamento dos expurgos inflacionários referentes aos Planos Econômicos “Verão” e “Collor I” para milhões de trabalhadores com a presença da presidente da Caixa Econômica Federal, Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho.

JUSTIFICAÇÃO

Em janeiro último, depois de seis anos, concluiu-se o pagamento dos expurgos inflacionários referentes aos planos econômicos “Verão” e “Collor I” para milhões de trabalhadores, fruto de uma ampla negociação durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja relatoria na Comissão de Finanças e Tributação

esteve sob meu encargo.

Tendo em vista a efetivação dos pagamentos deste que foi considerado o “maior acordo do mundo com trabalhadores”, é de suma importância que se faça amplo debate e prestação de contas sobre a matéria, de modo a se avaliar o impacto da Lei Complementar nº 110, de 2001, bem como o seu impacto sobre as reservas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Essa questão é crucial tendo em vista o interesse do Governo Federal em utilizar o saldo de cerca de R\$ 5 bilhões do referido FGTS para a infra-estrutura, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento –PAC.

É de fundamental importância a participação desta Casa Legislativa no debate sobre este tema relevante que atinge disponibilidades que são de propriedade dos trabalhadores.

Sala da Comissão, em 2 de fevereiro de 2007.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
(PSDB - PR)